

Empresa Brasileira
de Agregados
Minerais S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – valores correspondentes ao exercício anterior



O exame do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e o exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa n.º 7, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 23 de março de 2015 e 28 de março de 2016, respectivamente. Como parte de nossos exames das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos também os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 descritos na Nota Explicativa n.º 7, que em nossa opinião são apropriados e foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas



referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Rio de Janeiro, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2016	2015 (Reapresentado)	01/01/2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	01/01/2015 (Reapresentado)			2016	2015 (Reapresentado)	01/01/2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	01/01/2015 (Reapresentado)
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	11	40	2.383	17.860	2.515	7.317	19.113	Circulante							
Contas a receber de clientes	12	-	-	-	12.201	10.149	5.442	Fornecedores	20	4.768	7.812	-	4.768	7.812	-
Estoques	13	-	-	-	16.786	17.434	13.422	Debêntures	19	-	-	-	25.283	19.824	16.546
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		915	988	2.180	1.716	2.886	3.564	Empréstimos e financiamentos	24	34	39	32	7.865	3.250	1.624
Outros impostos a recuperar								Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a pagar							
Despesas antecipadas		30	-	-	1.010	802	-	Salários e encargos		315	416	1.620	2.599	2.236	3.381
Contas a receber com partes relacionadas	23	1.237	412	-	-	-	1.870	Contas a pagar com partes relacionadas	23	15.341	-	-	48	11	2.687
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	150	-	-	6.447	-	-	Aquisições societárias a pagar	18	9.212	11.250	11.250	9.212	11.250	11.250
Outros ativos		47	84	132	536	700	1.230	Outras contas a pagar	25	102	250	1.046	8.638	7.196	2.658
		2.419	3.867	20.172	41.211	39.288	44.641			29.911	19.845	14.069	67.162	58.154	44.068
Não circulante															
Contas a receber de clientes		-	-	-	-	-	171	Não circulante							
Depósitos judiciais		-	-	-	9	107	42	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	24.121	19.723	16.878
Outros impostos a recuperar		-	349	-	113	716	4.053	Debêntures	20	18.980	26.196	-	18.980	26.196	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.829	1.746	1.535	1.704	1.949	1.651	Outros impostos a pagar	24	-	-	-	1.341	880	822
Contas a receber com partes relacionadas	23	1.788	6.574	16.123	69	7	36	Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	-	3.412	3.444	2.235
Outros ativos		-	-	-	489	490	-	Contas a pagar com partes relacionadas	23	-	-	-	-	-	-
		3.617	8.669	17.658	2.384	3.269	5.953	Mútuos com partes relacionadas	23	16.042	6.681	2.303	-	-	-
								Provisões de contingências		-	-	-	652	594	-
								Outras contas a pagar	25	-	-	-	702	3.507	5.738
										35.022	32.877	2.303	49.208	54.344	25.673
Investimentos	15	154.754	151.821	112.143	-	-	34.975	Patrimônio líquido							
Imobilizado	16	252	244	293	70.702	82.111	52.747	Capital social	26	89.026	89.026	88.685	89.026	89.026	88.685
Intangível	17	42.088	42.541	42.895	151.951	153.620	119.589	Reservas de capital		84.857	84.857	84.751	84.857	84.857	84.751
								Ajuste de avaliação patrimonial		46.526	46.526	46.155	46.526	46.526	46.155
								Prejuízos acumulados		(82.212)	(65.989)	(42.802)	(82.212)	(65.989)	(42.802)
								Participação de acionistas controladores		138.197	154.420	176.789	138.197	154.420	176.789
								Participação de acionistas não controladores		-	-	-	11.681	11.370	11.375
								Total do patrimônio líquido		138.197	154.420	176.789	149.878	165.790	188.164
Total do ativo		203.130	207.142	193.161	266.248	278.288	257.905	Total do passivo e patrimônio líquido		203.130	207.142	193.161	266.248	278.288	257.905

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	
	Nota	2016	2015
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	29	(7.706)	(11.695)
Despesas comerciais	29	(128)	(350)
Outras receitas, líquidas	29	186	17
		<u>(7.648)</u>	<u>(12.028)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos			
Receitas financeiras		252	1.461
Despesas financeiras		(6.030)	(4.122)
		<u>(5.778)</u>	<u>(2.661)</u>
Resultado financeiro	30		
Participação nos lucros de controladas das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	15	(2.879)	(8.710)
		<u>(16.305)</u>	<u>(23.399)</u>
Resultado antes dos impostos			
Imposto de renda e contribuição social	21	82	212
		<u>(16.223)</u>	<u>(23.187)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2016	2015
Receitas líquidas de vendas	28	83.838	71.412
Custos dos produtos vendidos	29	<u>(60.761)</u>	<u>(56.550)</u>
Lucro bruto		23.077	14.862
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	29	(16.177)	(17.062)
Despesas comerciais	29	(3.794)	(6.490)
Outras despesas, líquidas	29	<u>(1.053)</u>	<u>(4.579)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		<u>2.053</u>	<u>(13.269)</u>
Receitas financeiras		1.071	2.247
Despesas financeiras		<u>(15.919)</u>	<u>(10.815)</u>
Resultado financeiro	30	<u>(14.848)</u>	<u>(8.568)</u>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	15	<u>-</u>	<u>401</u>
Resultado antes dos impostos		(12.795)	(21.436)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.872)	(2.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>(245)</u>	<u>243</u>
Prejuízo do exercício		<u>(15.912)</u>	<u>(23.655)</u>
Atribuível a			
Acionistas controladores		(16.223)	(23.187)
Acionistas não controladores		311	(468)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(16.223)	(23.187)	(15.912)	(23.655)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(16.223)</u>	<u>(23.187)</u>	<u>(15.912)</u>	<u>(23.655)</u>
Atribuível a				
Acionistas controladores	(16.223)	(23.187)	(16.223)	(23.187)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>311</u>	<u>(468)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total atribuído aos acionistas da controladora</u>	<u>Participação dos acionistas não controladores</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	88.685	84.751	46.155	(42.802)	176.789	11.375	188.164
Transações com acionistas não controladores	-	-	427	-	427	(527)	(100)
Aumento de capital	341	106	-	-	447	-	447
Prejuízo do exercício	-	-	-	(23.187)	(23.187)	(468)	(23.655)
Outras transações	-	-	(56)	-	(56)	990	934
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>89.026</u>	<u>84.857</u>	<u>46.526</u>	<u>(65.989)</u>	<u>154.420</u>	<u>11.370</u>	<u>165.790</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.223)	(16.223)	311	(15.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>89.026</u>	<u>84.857</u>	<u>46.526</u>	<u>(82.212)</u>	<u>138.197</u>	<u>11.681</u>	<u>149.878</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(16.223)	(23.187)	(15.912)	(23.655)
Depreciação e amortização	1.593	1.011	10.067	9.168
Imposto de renda e contribuição social diferido	(83)	(212)	245	(243)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	2.872	2.462
Equivalência patrimonial	2.879	8.710	-	(401)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	-	-	438	1.127
Provisão de juros sobre empréstimos e debêntures	5.500	1.435	12.268	10.542
Impairment de ativo intangível	-	-	-	2.300
Write-off de custos de desenvolvimento - intangível	-	-	-	1.999
	(6.334)	(12.243)	9.978	3.299
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	-	-	(2.489)	118
Estoques	-	43	648	690
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	422	842	(1.099)	4.265
Despesas antecipadas	(7)	-	(208)	-
Depósitos judiciais	-	-	98	-
Outros ativos	13	-	163	462
Fornecedores	61	(43)	2.174	(2.406)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	(6)	7	5.683	(434)
Salários e encargos sociais	(101)	(1.204)	363	(2.410)
Outras contras a pagar	(146)	(789)	(629)	88
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(6.098)	(13.387)	14.682	3.672
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(607)	(1.627)
Juros de empréstimos pagos	-	-	(4.082)	(4.575)
Juros de debêntures pagos	(5.460)	(3.646)	(5.460)	(3.646)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(11.558)	(18.468)	4.537	(16.718)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(1.751)	(962)	(2.541)	(12.278)
Aquisição de investimentos	-	(48.557)	(2.155)	(25.395)
Aquisição de intangível	453	-	(894)	-
Dividendos pagos	(7.851)	-	-	(2.619)
Dividendos recebidos	-	1.000	118	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(9.149)	(48.519)	(5.472)	(40.292)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	-	-	24.672	46.436
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(17.502)	(40.354)
Aumento de capital social	-	341	-	341
Captação de debêntures - principal	-	37.654	-	37.654
Pagamento de debêntures - principal	(10.299)	-	(10.299)	-
Recebimentos com partes relacionadas	3.961	9.137	10	1.868
Pagamentos com partes relacionadas	24.702	4.378	(744)	(731)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	18.364	51.510	(3.863)	45.214
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(2.343)	(15.477)	(4.802)	(11.796)
Demonstração da redução do caixa equivalentes de caixa				
Caixa equivalentes de caixa no início do exercício	2.383	17.860	7.317	19.113
Caixa equivalentes de caixa no final do exercício	40	2.383	2.515	7.317
Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.343	15.477	4.802	11.796

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. (“EBAM” ou “Companhia”), foi constituída em 14 de outubro de 2008, com sua sede na Rua da Assembléia nº 10, Centro - Rio de Janeiro - RJ e possui como atividade principal a aquisição e desenvolvimento de unidades produtoras de agregados e materiais em todo Brasil.

Como consequência do cenário econômico atual, em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido (“CCL”) da Companhia encontra-se negativo em aproximadamente R\$ 25.646 (R\$ 18.236 em 31 de dezembro de 2015), cuja liquidação depende do cumprimento de certas condições, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.

A atual situação política do país bem como queda na economia brasileira, caracterizados por alta de juros nos últimos anos, aliados à queda na atividade econômica e forte redução no acesso ao crédito, são fatores que contribuíram para queda nas vendas, levando a uma elevação das despesas financeiras e do fluxo de caixa requerido ao serviço da dívida.

Dentre as ações já implementadas pela Companhia destacam-se a renegociação das principais dívidas com credores atuais com pagamento através de aquisição de novas linhas de crédito mais baratas e com prazo de pagamento alongado.

A Administração da Companhia espera que a partir dos maiores volumes a serem produzidos, e do ajuste nos preços no médio e longo prazos a Companhia alcance um nível de rentabilidade e geração de caixa operacional mais elevados e que em conjunto com o reperfilamento e revisão do fluxo de pagamento do serviço da dívida permitirão à Companhia se manter corrente com suas obrigações financeiras. Assim, a Administração entende que a Companhia é capaz de liquidar seus passivos no curso normal das operações, não havendo dúvida sobre a sua continuidade operacional.

2 EBAM e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo”)

a. DS2 Engenharia de Comércio S.A.

A participação inicial na DS2 Engenharia e Comercio S.A. (“DS2”), localizada em Bragança Paulista foi adquirida em 13 de fevereiro de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

b. Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.

A participação inicial na Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda. (“Uniporto”), localizada em Porto Feliz, foi adquirida em 28 de maio de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

c. Mineração RS Ltda.

A Mineração RS Ltda. (“MRS”) é uma controlada indireta localizada no Rio Grande do Sul, com a finalidade de atuar na área de produção e comercialização de areia industrial.

A MRS constituiu em 5 de fevereiro de 2013, a Mineração POA Ltda. ("POA") e, em 21 de fevereiro de 2013, a Mineração Santa Cristina Ltda. ("Santa Cristina"), com a finalidade de comercialização de areia no Estado do Rio Grande do Sul. A POA encontra-se em fase pré-operacional, enquanto a Santa Cristina foi submetida a processo de encerramento e liquidação em 31 de maio de 2016, tendo seus resultados incorporados pela investidora MRS.

d. Quartzito Participações Ltda.

A Quartzito Participações Ltda. ("Quartzito") foi constituída em 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades operacionais de extração, produção e comercialização de areia na região de Goiás.

A Quartzito, adquiriu 880.000 cotas da empresa Quartziti Mineração Ltda. ("Quartziti"), em 22 de fevereiro de 2013. Em 31 de julho de 2015, a Quartzito adquiriu 453.345 quotas correspondentes a 20% do capital social restante, passando a deter 100% desta entidade.

A Quartziti, constituiu a Trevo Mineradora Ltda. ("Trevo") em 1º de julho de 2013, com a finalidade de comercializar areia em Goiás. A Trevo por sua vez foi submetida a processo de encerramento e liquidação na data de 16 de maio de 2016, tendo seus resultados incorporados pela investidora Quartziti.

e. Serobrita Mineração Ltda.

Em 8 de novembro de 2013, a Companhia adquiriu 100% das cotas da empresa Serobrita Mineração Ltda. ("Serobrita").

A Serobrita é uma unidade operacional de extração, produção e comercialização de Brita e Saibro na região do Rio de Janeiro.

f. Serolito Participações Ltda.

A baseç, constituiu a Serolito Participações Ltda. ("Serolito") em 1º de julho de 2013, com a finalidade de participar do capital de outras sociedades cujo objeto seja a comercialização de areia ou brita.

g. Amazônia Mucajaí Mineração Ltda.

A Amazônia Mucajaí Mineração Ltda. ("AMM") adquirida em 2 de julho de 2012, está localizada em Manaus com uma filial operacional situada em Presidente Figueiredo, a 160 km de Manaus.

h. Mineração Nova Petrópolis Ltda.

A Mineração Nova Petrópolis Ltda. ("MNP"), anteriormente denominada Arenito, adquirida em 25 de setembro de 2012, com a finalidade de participar em outras sociedades, está localizada no Rio Grande do Sul para consolidação dos investimentos na região Sul do País.

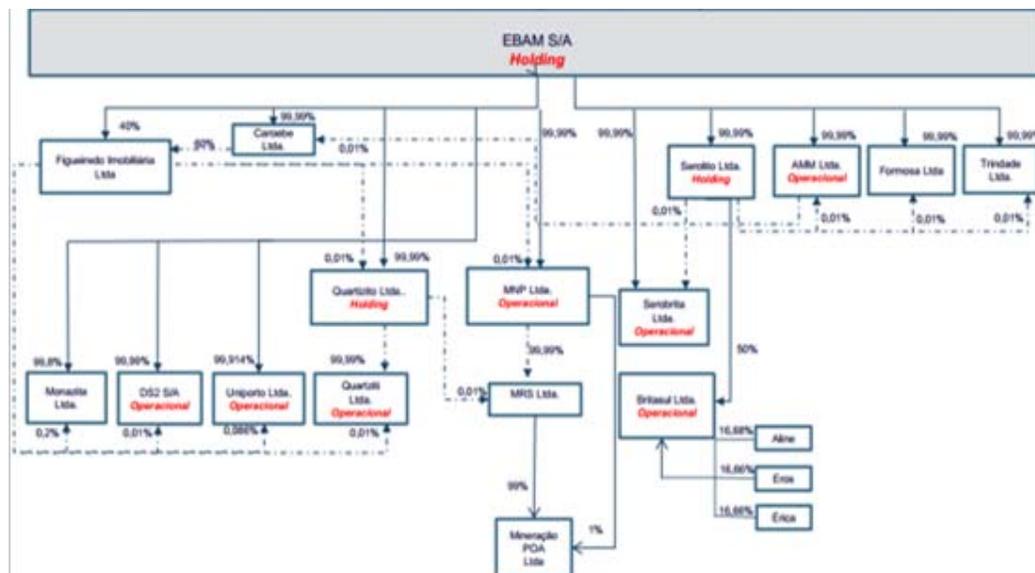
i. Monazita Comércio de Materiais de Construção Ltda.

A Monazita Comércio de Materiais de Construção Ltda. ("Monazita") foi adquirida em 1º de abril de 2014, com a aquisição de 99,8% das suas quotas.

j. Britasul Indústria e Mineração Ltda.

Britasul Indústria e Mineração Ltda. (“Britasul”) foi adquirida em 1º de julho de 2014 através da Serlito, com a aquisição de 750.000 quotas equivalentes a 50% do seu capital social. A Britasul, localizada em Pouso Alegre, MG, atua no fornecimento de agregados minerais da região.

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura societária da EBAM estava assim representada:



3 Licenças

A Companhia tem como pré-requisito obter todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui, através de suas controladas diretas e indiretas, as seguintes licenças:

Controlada	Nº	Tipo	31/12/2016		31/12/2015	
			Emissão	Vigência	Emissão	Vigência
DS2	60001996	Licença de instalação	09.03.2016	09.03.2019	-	-
DS2	60003833	Licença de operação	01.09.2012	02.06.2018	01.09.2012	02.06.2018
DS2	60004471	Licença de operação	26.09.2016	02.06.2018	-	-
DS2	60003520	Licença de operação	11.06.2014	11.06.2017	11.06.2014	11.06.2017
Uniporto	61000335	Licença prévia	29.01.2016	29.01.2018	-	-
Uniporto	61001763	Licença de operação	16.12.2014	16.12.2017	16.12.2014	16.12.2017
Serobrita	22686	Licença de operação	18.03.2013	18.03.2017	18.03.2013	18.03.2017
Serobrita	00008	Licença Munic. de instalação e operação	14/12/2016	14/12/2022	-	-
Serobrita	00009	Licença Munic. de instalação e operação	16/12/2016	16/12/2022	-	-
Serobrita	00009	Licença Munic. ambiental simplificada	14/12/2016	14/12/2020	-	-
Quartziti	2936/2013	Licença de funcionamento	06.12.2013	06.12.2019	06.12.2013	06.12.2019
AMM	127/2008-06	Licença de operação	-	-	30.12.2014	30.12.2015
AMM	127/2008-07	Licença de operação	13.01.2016	13.01.2017	-	-
Britasul	157/2013	Licença de operação	02.12.2013	02.12.2021	02.12.2013	02.12.2021
Trindade	1361/2015	Licença de instalação	29.06.2015	29.06.2021	29.06.2015	29.06.2021
Nova Petrópolis	067/2014	Licença de operação	25.11.2014	15.04.2018	25.11.2014	15.04.2018

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional de todo o Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda (impairment) do ágio*

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 6.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis dos ativos não-financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016. Em 2015, A Companhia registrou perdas no montante de R\$ 2.300 de redução ao valor recuperável no intangível na Unidade Quartiziti, em contrapartida ao resultado do exercício.

(b) *Vida útil dos bens do imobilizado*

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.7, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração efetuou a revisão da vida útil dos ativos imobilizados e valor residual.

(c) *Método e prazo de amortização de direitos minerários*

A Companhia efetuou a revisão da metodologia de amortização dos intangíveis com vida útil definida, alterando prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2016 a metodologia de amortização linear pelo prazo de utilização dos recursos minerários para amortização de acordo com a utilização de reservas, sendo esta considerada uma mudança de estimativa contábil.

(d) *Provisão para devedores duvidosos*

As provisões para perdas de devedores duvidosos (“PDD”) são estimadas para saldos de contas a receber não liquidados após o prazo de 180 dias ou para duplicatas incobráveis, em outras faixas de vencimento. Essa avaliação é efetuada pela administração e suportada por julgamentos e análise de situação financeira dos clientes, de forma individual.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do balanço patrimonial foram reclassificados ou reapresentados, seja como resultado de uma retificação de erros (veja nota explicativa nº 7).

A Companhia efetuou a revisão das estimativas de vida útil e método de consumo periódico dos direitos minerários, de forma a refletir adequadamente a essência econômica e a posição patrimonial e financeira. A Companhia efetua a amortização de suas jazidas minerárias através do método de quantidade extraída, ao longo da vida útil estimada do ativo intangível.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

6.1 Base de consolidação

(a) *Demonstrações contábeis consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das seguintes empresas controladas diretas e indiretas (participação no capital total - %):

		2016	2015
Participação direta			
Amazônia Mucajá Mineração Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Formosa Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Trindade Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Figueiredo Imobiliária Ltda. (*)	Holding	40,00%	40,00%
Caroebe Participações Ltda	Holding	99,99%	-
Mineração Nova Petrópolis Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Quartzito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serolito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serobrita Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Monazita Ltda.	Pré-Operacional	99,80%	99,80%
DS2 Engenharia e Comercio S.A.	Operacional	99,63%	99,63%
Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.	Operacional	99,61%	99,61%
Participação indireta			
Mineração RS Ltda	Pré-operacional	99,98%	99,98%
Mineração Santa Cristina Ltda	Pré-operacional	99,97%	99,97%
Mineração POA Ltda	Pré-operacional	99,97%	99,97%
Quartziti Mineradora Ltda	Operacional	99,97%	99,97%
Trevo Mineradora Ltda	Pré-operacional	99,98%	99,98%
Britasul Industria e Mineração Ltda (*)	Operacional	50,00%	50,00%

(*) A Companhia firmou contrato de investimento com os sócios não controladores garantindo o controle sobre as operações relevantes das Sociedades, a gestão de caixa e o risco inerente as suas operações embora a participação adquirida seja inferior a 51% das cotas destas sociedades.

(b) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(c) *Combinações de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(d) *Transações com participações de não-controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(e) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A EBAM é uma holding que exerce a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, ou em consórcios, no País. As controladas indiretas atuam em um único segmento operacional referente à exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados.

6.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

6.4 Ativos financeiros

(a) *Classificação*

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) ***Empréstimos e recebíveis***

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber".

(b) ***Reconhecimento e mensuração***

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(c) ***Contas a receber de clientes***

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

6.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e as despesas de venda. O Grupo realiza topografia dos estoques periodicamente com a finalidade de levantar diferenças entre os valores contabilizados e o resultado apurado nas topografias.

6.6 Intangível

(a) ***Ágio***

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) ***Softwares***

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(c) ***Custos de remoção de estéril de mina de superfície na fase de produção***

Os gastos com a remoção de resíduos minerários, chamados de custos de remoção de estéril (*stripping*), são capitalizados com base nos custos incorridos em preparação para extração do minério. Esses custos são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada, a partir do início da produção.

(d) ***Direito minerário***

Os ativos minerários são representados por direitos de exploração e desenvolvimento de área cujo objetivo é estimar o prazo de extração das jazidas mineraiis e a geração de benefícios econômicos futuros e são amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral.

(e) ***Custo para retirada de ativos e reflorestamento***

São representados pelos custos para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

(f) ***Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(g) ***Despesas de exploração e desenvolvimento***

Para as despesas de exploração e desenvolvimento, o Grupo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza os princípios contábeis em linha com as normas internacionais IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Mineraiis. Desta forma, são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida mineral. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de minas.

6.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, instalações industriais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções diárias são

lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Revisões regulares e programadas são reconhecidas ao ativo beneficiado.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10-30
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

6.8 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos imobilizados não são mais depreciados.

6.9 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(a) *Impairment de ativos financeiros*

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas:

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(b) *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis dos ativos não-financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016. Em 2015, A Companhia registrou perdas no montante de R\$ 2.300 de redução ao valor recuperável no intangível na Unidade Quartiziti, em contrapartida ao resultado do exercício.

6.10 Contas a pagar aos fornecedores e às partes relacionadas

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

6.11 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

6.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as Entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.13 Capital social

As ações da Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

6.14 Reconhecimento da receita

As controladas da Companhia comercializam britas, areia, massa asfáltica (CBUQ), asfalto frio e solos especiais para construtoras, empresas produtoras e/ou aplicadoras de asfalto, produtoras de concreto, prefeituras e varejo (revendas).

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios do Grupo varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos são praticados três operações, distintas, (i) CIF (*cost, insurance and freight*), que inclui custos de entrega, fretes e seguro na qual a transferência de riscos ocorre no momento da entrega ao cliente, (ii) FOB (*Free On Board*), cuja operação de entrega é de total responsabilidade do cliente e a transferência ocorre no momento da retirada do material nas instalações da Companhia, (iii) consignação industrial, na qual a transferência ocorre na disponibilização dos produtos nas instalações do cliente.

6.15 Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

6.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

6.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26 / International Accounting Standard (IAS) 7

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRSs).

Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (instrumentos financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (International Financial Reporting Interpretation (IFRIC) 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, Standard Interpretation Committee (SIC) 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores do balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015 apresentados nestas demonstrações financeiras anuais para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro, IAS 8 e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em função do seguinte ajuste de apresentação:

A Companhia não apresentou pelo efeito líquido em sua posição patrimonial os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos oriundos de mesma autoridade tributária e registrado na mesma entidade tributável, nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro - IAS 12 (compensação de imposto de renda e contribuição social diferido ativo contra imposto de renda e contribuição social diferido passivo).

A tabela a seguir resume o ajuste de apresentação no balanço patrimonial da Companhia:

Balanço patrimonial

Ativo	1 de janeiro de 2015 (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.768	(26.117)	1.651
Total do ativo	<u>285.026</u>	<u>(26.117)</u>	<u>258.909</u>
Passivo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.117	(26.117)	-
Total do passivo	<u>95.976</u>	<u>(26.117)</u>	<u>69.859</u>
Patrimônio líquido	<u>189.050</u>	-	<u>189.050</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>285.026</u>	<u>(26.117)</u>	<u>258.909</u>
31 de dezembro de 2015 (consolidado)			
Ativo	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.729	(26.780)	1.949
Total do ativo	<u>305.830</u>	<u>(26.780)</u>	<u>279.050</u>
Passivo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.780	(26.780)	-
Total do passivo	<u>139.409</u>	<u>(26.780)</u>	<u>112.629</u>
Patrimônio líquido	<u>166.421</u>	-	<u>166.421</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>305.830</u>	<u>(26.780)</u>	<u>279.050</u>

Não há impacto nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

8 Gerenciamento dos riscos financeiros

8.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, consideramos como relevante o impacto nas despesas financeiras de eventuais aumentos desse indexador.

Devido a característica de seus empréstimos, a Companhia possui pouca exposição ao risco de juros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) *Contas a receber*

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito e/ou pela alçada competente, conforme Política de Crédito. O monitoramento da utilização dos limites de crédito é realizado semanalmente.

O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referente ao contas a receber.

(ii) *Caixa equivalente de caixa*

O Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 2.515 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$ 7.317). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Aa3 e AA, baseado na agência de rating da *Moody's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. *Risco de liquidez*

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Administração da Companhia efetua a análise de risco de liquidez periodicamente e como forma de prevenção e manutenção do caixa de curto prazo, efetuou um plano de renegociação das dívidas de curto de prazo com inclusão de carências junto aos credores. Com as renegociações já efetivadas em 2016 e novas linhas de crédito, assim como as operações em andamento de obtenção de carência, a Companhia é será capaz de cumprir o fluxo de amortização das dívidas e a geração de caixa da Companhia e Unidades de acordo com o plano de negócios.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	8.749	-
Empréstimos e debêntures	38.435	56.621
Aquisições societárias a pagar (*)	9.212	-
Contas a pagar com partes relacionadas	48	-
Outras contas a pagar	8.638	1.355
	65.082	57.976
	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	6.575	-
Empréstimos e debêntures	36.852	57.465
Aquisições societárias a pagar (*)	11.250	-
Contas a pagar com partes relacionadas	11	-
Outras contas a pagar	7.196	4.101
	61.884	61.566

(*) Conforme Nota Explicativa nº1, a Companhia estima que as obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento sejam adimplidas após 12 meses. No balanço patrimonial, porém, estas obrigações estão classificadas no passivo circulante, considerando que a Companhia não tem o direito de diferir o pagamento, se as condições descritas na Nota Explicativa nº 18 forem atendidas.

8.2 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A variável de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de seis meses para essa avaliação é sua exposição à variação do CDI no que tange seus ativos financeiros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas.

Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cenário provável considera a divulgação das taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2016, considerando altas e baixas futuras de 10%. Os cenários adotados foram um aumento de 10% e deterioração de 25% e 50% para os nossos ativos financeiros e uma alta de 10%, 25% e 50% para o nosso passivo financeiro.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Em 31 de dezembro de 2016						
	Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		13,66%	15,03%	10,25%	6,83%
	Aplicações financeiras	98% CDI	1.313	197	135	90
	Impacto financeiro do CDI			<u>197</u>	<u>135</u>	<u>90</u>
	Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Passivos financeiros	Estimativa do CDI		13,66%	15,03%	17,08%	20,49%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	6,20% a.a. + CDI	15.093	2.268	2.577	3.092
	Debêntures	7% a.a. + CDI	23.749	3.568	4.055	4.866
	Leasing	5,22% a.a. + CDI	8.748	1.314	1.494	1.792
			<u>7.150</u>	<u>8.126</u>	<u>9.750</u>	
Em 31 de dezembro de 2015						
	Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		14,13%	15,54%	10,60%	7,07%
	Aplicações financeiras	100% CDI	6.289	977	667	445
	Impacto financeiro do CDI			<u>977</u>	<u>667</u>	<u>445</u>
	Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Passivos financeiros	Estimativa do CDI		14,13%	15,54%	17,66%	21,20%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	5,92% a.a.+CDI	7.493	1.164	1.323	1.589
	Debêntures	4,50% a.a.+CDI	34.008	5.285	6.006	7.210
	Leasing	3,80% a.a.+CDI	9.097	1.414	1.607	1.929
			<u>7.863</u>	<u>8.936</u>	<u>10.728</u>	

8.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice

de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	2015
Total dos empréstimos e debêntures	73.152	73.555
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(2.515)	(7.317)
Dívida líquida	70.637	65.758
Total do patrimônio líquido	149.878	165.790
Total do capital	220.515	231.548
Índice de alavancagem financeira - %	32%	28%

8.4 Classificação do valor justo

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado.

A Companhia, suas controladas e coligadas não efetuam aplicações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2016		
Contas a receber de clientes	-	12.201
Contas a receber com partes relacionadas	3.025	69
Caixa e equivalentes de caixa	40	2.515
	3.065	14.785
31 de dezembro de 2015		
Contas a receber de clientes	-	10.149
Contas a receber com partes relacionadas	6.986	7
Caixa e equivalentes de caixa	2.383	7.317
	9.369	17.473

Os passivos financeiros são classificados como se segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Valor justo
31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	-	49.404	-
Debêntures	23.749	23.749	-
Contas a pagar com partes relacionadas (i)	31.383	48	-
Aquisições societárias a pagar	9.212	9.212	-
Obrigações legais (ii)	103	9.426	7.021
	<u>64.447</u>	<u>91.791</u>	<u>7.021</u>
31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	-	39.547	-
Debêntures	34.008	34.008	-
Contas a pagar com partes relacionadas (i)	6.681	11	-
Aquisições societárias a pagar	11.250	11.250	-
Obrigações legais (ii)	328	17.872	7.693
	<u>52.267</u>	<u>102.688</u>	<u>7.693</u>

- (i) Os saldos de partes relacionadas são advindos, principalmente, de contraprestação contingente de combinações de negócios com sócios vendedores e que permaneceram como acionistas não controladores das sociedades objeto de negociação.
- (ii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações.

9 Informações por segmento de negócios

9.1 Descrição dos segmentos

A Companhia é dividida em unidades de negócios com apenas um segmento sujeito a divulgações de informações. A Administração da Companhia considera ainda a avaliação das unidades de negócios separados por região sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

9.2 Principais clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os segmentos reportáveis não apresentaram clientes representando mais de 10% do total da receita do Consolidado.

9.4 Demonstração dos resultados por segmento

	2016									
	GO Quartzito	AM AMM	SP DS2	SP Uniporto	RJ Serobrita	MG Serolito	Outras operações	Holding Ebam	Eliminações	Consolidado
Demonstração de resultado										
Receita operacional líquida	205	18.011	26.305	8.628	17.271	12.904	533	-	(19)	83.838
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(222)	(12.167)	(15.114)	(6.537)	(10.470)	(6.820)	(572)	-	(1.431)	(53.333)
Dereciação e amortização	(55)	(1.468)	(1.730)	(766)	(1.691)	(1.398)	(320)	-	-	(7.428)
Lucro bruto	(72)	4.376	9.461	1.325	5.110	4.686	(359)	-	(1.450)	23.077
Despesas operacionais										
Gerais e administrativas	(203)	(2.015)	(2.130)	(1.417)	(2.218)	(1.578)	(405)	(7.706)	1.495	(16.177)
Despesas comerciais	(45)	(723)	(445)	(630)	(962)	(648)	(61)	(128)	(152)	(3.794)
Outras despesas operacionais, líquidas	(740)	(472)	50	(73)	2	74	(33)	186	(47)	(1.053)
Lucro (prejuízo) operacional	(1.060)	1.166	6.936	(795)	1.932	2.534	(858)	(7.648)	(154)	2.053
Receitas financeiras	33	329	231	69	44	108	7	252	(2)	1.071
Despesas financeiras	(85)	(1.820)	(3.018)	(1.077)	(2.286)	(1.491)	(112)	(6.030)	-	(15.919)
Participação nos lucros de controladas	-	-	-	-	-	-	8	(2.879)	2.871	-
Resultado do período antes dos impostos	(1.112)	(325)	4.149	(1.803)	(310)	1.151	(955)	(16.305)	2.715	(12.795)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido										
	(334)	(874)	(1.622)	-	-	(370)	-	82	-	(3.117)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.446)	(1.199)	2.527	(1.803)	(310)	781	(955)	(16.223)	2.715	(15.912)

2015										
	GO Quartzito	AM AMM	SP DS2	SP Uniporto	RJ Serobrita	MG Serolito	Outras operações	Holding Ebam	Eliminações	Consolidado
Demonstração de resultado										
Receita operacional líquida	638	19.153	21.088	9.282	12.057	14.476	319	-	(5.601)	71.412
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(542)	(13.364)	(11.099)	(6.405)	(10.817)	(6.765)	(372)	-	-	(49.778)
Depreciação e amortização	(135)	(2.002)	(1.086)	(693)	(1.105)	(1.605)	(146)	-	(454)	(6.772)
Lucro bruto	(39)	3.787	8.903	2.184	135	6.146	(199)	-	(6.055)	14.862
Despesas operacionais										
Gerais e administrativas	(298)	(2.112)	(2.066)	(1.494)	(1.917)	(1.917)	(541)	(11.695)	4.978	(17.062)
Despesas comerciais	(180)	(972)	(1.119)	(1.380)	(986)	(1.305)	(322)	(350)	124	(6.490)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.122)	(1.263)	115	35	(220)	160	(302)	17	1	(4.579)
Lucro (prejuízo) operacional	(3.639)	(560)	5.833	(655)	(2.988)	3.084	(1.364)	(12.028)	(952)	(13.269)
Receitas financeiras	7	252	264	160	38	71	9	1.461	(15)	2.247
Despesas financeiras	(90)	(1.626)	(1.246)	(501)	(1.709)	(1.478)	(96)	(4.122)	53	(10.815)
Participação nos lucros de controladas	-	-	-	-	-	2	13	(8.710)	9.096	401
Resultado do período antes dos impostos	(3.722)	(1.934)	4.851	(996)	(4.659)	1.679	(1.438)	(23.399)	8.182	(21.436)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	80	(431)	(914)	(397)	(411)	(471)	-	212	113	(2.219)
Participação dos Minoritários										
Lucro líquido (prejuízo) do período	(3.642)	(2.365)	3.937	(1.393)	(5.070)	1.208	(1.438)	(23.187)	8.295	23.655

10 Combinação de negócios

(a) Aquisição da DS2 Engenharia S.A e Unidade Industrial Porto Feliz Ltda.

Em 9 de março de 2015 a Companhia obteve 100% da participação destas unidades, ao adquirir os 50% restantes do capital social das empresas.

O preço total de aquisição das cotas foi de R\$ 10.000 para Uniporto e R\$15.000 para DS2 mais uma parcela adicional variável sujeita a condições precedentes. O Contrato de compra e venda das quotas foi assinado em 25 de fevereiro de 2015 com a transferência das quotas em 9 de março de 2015, passando a Companhia a obter 100% da participação destas unidades.

A receita proforma do Consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, se a aquisição tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2015, seria de R\$ 77.013.

	2015
Receita líquida (Consolidado)	71.412
Receita líquida da DS2 correspondente ao período anterior a aquisição de controle	3.824
Receita líquida da Uniporto correspondente ao período anterior a aquisição de controle	1.777
Receita líquida pró forma	77.013

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e a pagar e os valores dos ativos adquiridos e reconhecidos na data da aquisição, bem como a alocação preliminar da mais valia:

(i) DS2

Contraprestação

Total da contraprestação nominal, em caixa, incluindo montante pago quando da aquisição da participação anterior	35.266
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.040
Clientes	3.159
Estoques	5.226
Imobilizado	11.491
Intangível	21.579
Partes relacionadas	4.536
Outros ativos	1.003
Fornecedores	(1.977)
Empréstimos	(2.921)
Impostos e encargos a recolher	(699)
Outros passivos	(1.937)
Total de ativos líquidos identificáveis	40.500
Compra vantajosa reconhecida no resultado do exercício	(5.086)
Participação dos acionistas não controladores	(148)
Contraprestação transferida	35.266

(ii) Uniporto

Contraprestação

Total da contraprestação nominal incluindo montante pago quando da aquisição da participação anterior	20.000
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	42
Clientes	2.622
Estoques	2.395
Impostos	221
Imobilizado	12.093
Intangível	11.590
Outros ativos	321
Fornecedores	(1.082)
Empréstimos	(1.696)
Impostos e encargos a recolher	(534)
Partes relacionadas	(4.551)
Outros passivos	(1.421)
Total de ativos líquidos identificáveis	20.000
 Contraprestação transferida	 20.000

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos em bancos e em caixa	10	11	1.202	1.028
Aplicações financeiras de curto prazo	30	2.372	1.313	6.289
	40	2.383	2.515	7.317

As aplicações financeiras são representadas por Certificado de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), gerando rentabilidade média em 2016 entre 100% e 102% (75% e 102% em 2015). Essas aplicações possuem alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

12 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2016	2015
Clientes	15.302	13.112
(-) Provisão para devedores duvidosos	(3.101)	(2.963)
	12.201	10.149

As estimativas de provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada no resultado consolidado no exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015 totalizaram R\$ 438 e R\$ 1.127, respectivamente.

Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer		
Até 30 dias	6.311	5.156
De 31 a 180 dias	1.042	1.289
	7.353	6.445
Valores vencidos		
Até 30 dias	1.178	1.259
De 31 a 60 dias	670	691
De 60 a 180 dias	2.215	1.644
Acima de 180 dias	3.886	3.073
	7.949	6.667
Provisão para créditos de duvidosa	(3.101)	(2.963)
	12.201	10.149

13 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	12.603	13.961
Almoxarifado (material de reposição e outros)	3.213	2.997
Estoques em poder de terceiros	506	138
Estoques de terceiros em poder da Companhia	340	179
Outros estoques	124	159
	16.786	17.434

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 totalizaram R\$ 60.761 e R\$ 56.550 respectivamente.

14 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em fevereiro de 2016, a Administração se comprometeu com um plano de desinvestimento de ativos imobilizados operacionais, que foram substituídos por novos ou em estágio de ociosidade. Assim, parte dos ativos imobilizados está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram com previsão de realização por um prazo inferior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016, o grupo de ativos mantidos para venda estavam registrados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e compreendia R\$ 6.447, representado por máquinas e equipamentos disponíveis nas Unidades EBAM, Serobrita, Uniporto, Britasul, DS2 e AMM.

15 Investimentos

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora é como segue:

(a) Controladora

i. Movimentação do investimento

Saldo em 1º de janeiro de 2015	112.143
Aquisição de participação	27.633
Aumento de capital	24.254
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do período	(9.331)
Dividendos	(1.412)
Ganho/perda na aquisição e participações	488
Outros	(1.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>151.821</u>
Aumento de capital	6.600
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do período	(2.879)
Dividendos	(862)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>154.754</u>

ii. Informações patrimoniais e financeiras

	2016					
	Quartzito	MNP	AMM	DS2	UNIPORTO	SEROBRITA
Capital social	16.133	13.964	27.690	100	9.300	42.574
Patrimônio líquido	9.740	7.236	19.071	21.024	6.119	34.008
Prejuízo do exercício	(1.446)	(871)	(1.200)	2.527	(1.806)	(310)
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,63%	99,91%	99,99%
	2015					
	Quartzito	MNP	AMM	DS2	UNIPORTO	SEROBRITA
Capital social	15.848	13.205	27.690	100	9.300	42.574
Patrimônio líquido	10.901	7.347	20.271	19.129	7.926	34.319
Prejuízo do exercício	(3.642)	(1.200)	(2.365)	3.937	(1.393)	(5.070)
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	40,00%	99,63%	99,91%	99,99%

16 Imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações registradas nas contas do ativo imobilizado foram as seguintes

Consolidado						
2016						
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido			
Terrenos	4.494	-	4.494			
Edificações	28.140	(5.539)	22.601			
Veículos e máquinas	70.971	(29.246)	41.725			
Móveis, utensílios e equipamentos	1.619	(762)	857			
Imobilizado em andamento	1.025	-	1.025			
	<u>106.249</u>	<u>(35.547)</u>	<u>70.702</u>			
Consolidado						
2015						
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido			
Terrenos	4.494	-	4.494			
Edificações	27.409	(3.599)	23.810			
Veículos e máquinas	77.924	(25.578)	52.346			
Móveis, utensílios e equipamentos	1.590	(542)	1.048			
Imobilizado em andamento	412	-	412			
	<u>111.829</u>	<u>(29.719)</u>	<u>82.110</u>			

Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.494	5.212	38.078	959	4.004	52.747
Adições	-	-	13.754	147	8.710	22.611
Aquisições oriundas de combinações de negócios	-	6.841	16.289	156	300	23.586
Baixas (b)	-	(177)	(11.595)	(3)	-	(11.775)
Transferência	-	12.630	-	-	(12.630)	-
Depreciação	-	(158)	(4.006)	(133)	-	(4.297)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	4.494	23.810	52.346	1.049	412	82.111
Adições	-	781	2.104	41	662	3.588
Baixas (c)	-	(96)	(7.301)	(4)	-	(7.401)
Transferência	-	48	1	-	(49)	-
Depreciação	-	(1.942)	(5.425)	(229)	-	(7.596)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	4.494	22.601	41.725	857	1.025	70.702

Em 31 de dezembro de 2015

Custo	4.494	27.409	77.924	1.590	412	111.829
Depreciação acumulada	-	(3.599)	(25.578)	(541)	-	(29.718)
	4.494	23.810	52.346	1.049	412	82.111

Em 31 de dezembro de 2016

Custo	4.494	28.140	70.971	1.619	1.025	106.249
Depreciação acumulada	-	(5.539)	(29.246)	(762)	-	(35.547)
	4.494	22.601	41.725	857	1.025	70.702

Vida útil dos ativos - 25 anos 5 a 30 anos 5 a 10 anos -

- (a) O imobilizado em andamento é referente substancialmente a Planta fixa de britagem e beneficiamento da Unidade de Serobrita instalada no Rio de Janeiro.
- (b) As movimentações de adições e baixas de imobilizado em 2015 são referentes a venda de máquinas e equipamentos nas unidades de DS2, Uniporto e Serobrita sendo o ganho e/ou perda foi reconhecido no resultado do exercício.
- (c) Veja Nota Explicativa nº 14.

Não houve indicação de perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentados na Nota Explicativa nº 17.

17 Intangível

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2016</u>			
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	415	-	(236)	179
Desenvolvimento	3.085	-	-	3.085
Direito minerário	156.454	(2.300)	(13.330)	140.824
Custo para retirada de ativos (a)	3.599	-	(266)	3.333
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	<u>168.083</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(13.832)</u>	<u>151.951</u>

Empresa Brasileira de Agregados Mineraiis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado				
2015				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	380	-	(141)	239
Desenvolvimento	3.671	-	(582)	3.089
Direito minerário	151.631	(2.300)	(6.937)	142.394
Custo para retirada de ativos (a)	3.493	-	(125)	3.368
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	163.705	(2.300)	(7.785)	153.620

(a) O valor para a retirada de ativos reflete a estimativa de gastos a serem incorridos com a recuperação das áreas dos empreendimentos mineraiis visando retorná-la ao mais próximo possível da condição anterior à atividade mineral ou disponibilizar esta área para atividades úteis a sociedade.

(b) O ágio na aquisição de controladas e coligadas é oriundo da aquisição da MRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.530	142.394	3.089	239	3.368	153.620
Adições	-	1.051	63	20	-	1.134
Baixas	-	(18)	(67)	-	-	(85)
Amortização	-	(2.603)	-	(80)	(35)	(2.718)
Em 31 de dezembro de 2016	4.530	140.824	3.085	179	3.333	151.951
Custo	4.530	156.454	3.085	415	3.599	168.083
Amortização acumulada e impairment	-	(15.630)	-	(236)	(266)	(16.132)
Saldo contábil, líquido	4.530	140.824	3.085	179	3.333	151.951

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.532	107.797	4.906	244	2.113	119.592
Adição	-	1.181	13	33	1.298	2.525
Adições oriundas de combinações de negócios DS2 e Uniporto	-	37.703	747	34	-	38.484
Redução ao valor recuperável	-	(2.300)	-	-	-	(2.300)
Baixas	(2)	(2)	(1.995)	-	-	(1.999)
Amortização	-	(1.985)	(582)	(72)	(43)	(2.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.530	142.394	3.089	239	3.368	153.620
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	4.530	151.631	3.671	380	3.493	163.705
Amortização acumulada e impairment	-	(9.237)	(582)	(141)	(125)	(10.085)
Saldo contábil, líquido	4.530	142.394	3.089	239	3.368	153.620

Os direitos minerários são amortizados pelo prazo de vida útil das áreas de exploração mineral e amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral. A vida útil estimada em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseadas em sua produção são de 20 a 25 anos.

Os gastos com desenvolvimento são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada. Tendo em vista que não houve extração da área durante o exercício, a Companhia não reconheceu amortização no período.

Teste de Impairment

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos considera a recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e ágios onde aplicável. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31 de dezembro de 2016, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 19 anos, com perpetuidade, uma vez que a Companhia encontra-se em fase inicial de suas operações assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura.
- Taxa de desconto de 11%, mesma utilizada em 31 de dezembro de 2015.
- Além do fluxo de caixa projetado de 2017 a 2035, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”).

A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, não identificou perdas em 2016. Entretanto, foi registrado em 31 de dezembro de 2015 na Unidade Quartziti, o montante de R\$ 2.300 de redução ao valor recuperável no intangível da Companhia em contrapartida ao resultado do exercício.

18 Aquisições societárias a pagar

Nesta rubrica está registrado o valor de R\$ 9.212 (R\$ 11.250 em 31 de dezembro de 2015) a ser pago em até seis parcelas mensais consecutivas e de mesmo valor corrigida pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da verificação da condição até o respectivo pagamento, sendo a primeira devida 30 (trinta) dias após a ocorrência das seguintes condições:

- (a) Obtenção, pela Companhia, de licença operacional para exploração do direito minerário consubstanciado pela Portaria de Lavra, incluindo licença para exploração dessas reservas minerais com rebaixamento até a Cota 14, e, cumulativamente; e

- (b) Apresentação de acordo extrajudicial entre os vendedores, a sociedade e a Empresa de Mineração Fonte Limpa Ltda. (EMFOL).

Durante o ano de 2016 a Companhia não atendeu as condições descritas acima e efetuou pagamentos parciais por liberalidade nos montantes de R\$ 2.040 até que as condições sejam cumpridas.

19 Empréstimos e financiamentos

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	Consolidado	
			2016	2015
Empréstimo capital de giro - pós fixado	Real	6,2% a.a + CDI	15.093	7.493
Empréstimo capital de giro - pré fixado	Real	24,18% a.a	2.375	2.102
FINAME	Real	4,22% a.a	11.166	20.856
Leasing	Real	5,22% a.a + CDI	8.748	9.096
Notas promissórias	Real	6,50% a.a + CDI	12.022	-
			49.404	39.547
Circulante			25.283	19.824
Não circulante			24.121	19.723
			49.404	39.547

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional		
Seis meses a um ano	25.283	19.824
Um a cinco anos	24.121	19.723
	49.404	39.547

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia ou suas controladas no nível individual tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Garantias

Os financiamentos sob a modalidade de leasing financeiro possuem como garantia o próprio ativo financiado.

O valor contábil e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimo capital de giro	17.468	9.595	17.478	9.557
Finame	11.166	20.856	9.292	18.651
Leasing	8.748	9.096	8.372	9.153
Notas Promissórias	12.022	-	12.096	-
	<u>49.404</u>	<u>39.547</u>	<u>47.238</u>	<u>37.361</u>

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada nas últimas operações realizadas para capital de giro e leasing e com base na informação disponível no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para operações de Finame.

20 Debêntures

Em 17 de abril de 2015, a Companhia celebrou a Escritura Particular de Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor total de emissão de R\$ 45.000, por meio de 4.500 debêntures nominativas, escritural, de série única e ao valor nominal de R\$ 10 na data de emissão, com prazo de vencimento em 60 meses, vencendo, portanto em 20 de abril de 2020. Do total de debêntures emitidas, 4.090 foram captados pelo montante de R\$ 40.000.

A oferta restrita foi realizada com intermediação do Banco Modal S.A. tendo como agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O banco liquidante é o Itaú Unibanco S.A. e o escriturador mandatário das debentures é a Itaú Corretora de Valores S.A..

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	Consolidado	
			2016	2015
Debêntures	Real	7% a.a + CDI	25.507	35.469
Custo de transação			<u>(1.759)</u>	<u>(1.461)</u>
			<u>23.748</u>	<u>34.008</u>
Circulante			4.768	7.812
Não circulante			<u>18.980</u>	<u>26.196</u>
			<u>23.748</u>	<u>34.008</u>

Os valores contábeis e o valor justo das debêntures não circulantes são os seguintes:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
	2016	2016
Debêntures	25.507	25.507
	25.507	25.507

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
	2015	2015
Debêntures	35.469	34.502
	35.469	34.502

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na última operação realizada para debênture.

Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores, são utilizados *covenants* financeiros no contrato de debêntures, sendo o principal a saber:

Dívida líquida/EBITDA Proforma: onde a dívida líquida e o Ebitda proforma dos últimos 12 meses da Emissora, calculada com relação às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, seja superior a 5,5. Considera-se:

- (i) Ebitda pro forma o somatório: (a) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participação de não controladores, desconsiderando despesas de plano de opção de compra de ações da emissora, (b) das despesas com depreciação e amortização, (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (d) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período, mais (e) a soma do Ebitda de novos investimentos da Emissora apurada no período entre o início do exercício social tomado como base para o Ebitda pro forma e (e.2) a data de aquisição de cada um dos novos investimentos;
- (ii) Dívida líquida o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluindo, mas não se limitando a captações via debêntures e empréstimos com pessoas ligadas reduzida as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras; e
- (iii) Patrimônio Líquido contábil deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de 5,24, portanto, cumpriu com as cláusulas restritivas descritas acima. Em 2015, foi concedida a anuência (*waiver*) pelos debenturistas para o não cumprimento do *covenants*, constante em escritura de emissão de debêntures, por meio da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 23 de dezembro de 2015 a qual definiu na época que a Companhia deveria efetuar uma nova medição até 31 de março de 2017, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro real para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social.

Abaixo segue o quadro com os regimes de apuração adotados pelas unidades do grupo EBAM S.A.:

Participação direta	
Quartzito	Lucro real
Quartziti	Lucro real
AMM	Lucro presumido
Trindade	Lucro real
Formosa	Lucro real
Serobrita	Lucro real
MRS	Lucro real
Nova Petrópolis	Lucro real
Poa	Lucro real
Figueiredo Imobiliária	Lucro real
Serolito	Lucro real
Britasul	Lucro real
Monazita	Lucro real
DS2	Lucro presumido
Uniporto	Lucro real

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

As controladas em operação optaram, quando aplicável, pelo regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(16.350)	(20.602)	(12.644)	(21.691)
Alíquota nominal combinada (IRPJ = 25% e CSLL = 9%)	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados às alíquotas nominais	(5.559)	(7.005)	(4.299)	(7.375)
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:				
Resultado de controladas tributadas sobre o regime Presumido	-	-	1.300	1.256
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	910	6.357	-	-
Outras adições permanentes	523	-	323	485
Amortização mais valia contábil	-	-	570	1.146
Prejuízo das unidades com resultado negativo	4.126	648	1.729	4.488
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(377)	-
Corrente - Lucro Real	-	-	377	2
Corrente - Lucro Presumido	-	-	2.495	2.666
Diferido	83	-	(245)	(267)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(1%)	-	(25%)	(11%)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado		
	Ágio	Direitos minerários	2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	39.327	-	39.327
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	-	(37.623)	(37.623)
Ativo de imposto diferido, líquido	39.327	(37.623)	1.704

	Consolidado		
	Ágio	Direitos minerários	2015
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	28.729	-	28.729
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	-	(26.780)	(26.780)
	<u>28.729</u>	<u>(26.780)</u>	<u>1.949</u>

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	1.949	1.651
Demonstração do resultado	245	243
Outros	(490)	55
	<u>1.704</u>	<u>1949</u>

Ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais não foram reconhecidas no montante de R\$ 18.242 em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Uma vez que a Companhia possui como prática a mudança do regime de real para presumido assim que se tornam lucrativas, a administração entendeu que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

22 Compromissos assumidos

a. Compromissos de contratação de serviços e aquisição de materiais

A Companhia e suas unidades possuem compromissos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos para aquisição de materiais de consumo e locação de veículos no montante de R\$ 6.500.

b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia possui e arrenda terrenos e direitos minerários, segundo contratos de arrendamento, cujas remunerações variam de acordo com o volume de aproveitamento econômico do minério extraído. A rescisão dos contratos poderá ser feita unilateralmente pelas empresas, sem a hipótese de multa, desde que notificada previamente aos arrendatários.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o custo de arrendamentos operacionais reconhecidos no resultado do exercício foi de R\$ 1.400 e R\$ 2.000, respectivamente.

23 Partes relacionadas

(a) Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2016	2015
Remuneração - pró-labore	(1.228)	(1.537)
Remuneração - outros	(35)	(676)
	(1.263)	(2.213)
	Consolidado	
	2016	2015
Remuneração - pró-labore	(2.263)	(2.862)
Remuneração - outros	(108)	(137)
	(2.371)	(2.999)

(b) Contas a receber (a pagar)

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber		
Pessoas físicas	69	-
Outras partes relacionadas	-	7
	69	7
	Consolidado	
	2016	2015
Contas a pagar		
Outras partes relacionadas	48	11
	48	11

24 Outros impostos a recolher

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
INSS a recolher	2	49
PIS e COFINS a recolher	2.448	606
ISS a recolher	20	22
IR e CS a recolher	3.016	1.134
CFEM	699	289
ICMS	2.353	1.162
Outros	668	868
	<u>9.206</u>	<u>4.130</u>
Circulante	7.865	3.250
Não circulante	1.341	880

25 Outras contas a pagar

	<u>Consolidado</u>	
	2016	2015
Adiantamento de clientes	117	404
Obrigações com terceiros - Britasul (i)	4.333	5.266
Obrigações com terceiros - Amazônia (ii)	2.640	2.416
Obrigações com cliente	497	391
Provisões	1.409	1.449
Outras contas a pagar	997	1.369
	<u>9.993</u>	<u>11.295</u>
Circulante	8.638	7.196
Não circulante	1.355	4.099

A obrigação com terceiros referem-se a:

- (i) Aquisição referente a 50% das cotas de Britasul a pagar de R\$ 10.000, compostos por uma parcela fixa de R\$ 4.500 e duas parcelas variáveis, calculadas e pagas aos vendedores, sujeito a condições precedentes e conclusão de documentações.
- (ii) Aquisição de 1.414.619 ações ordinárias de Amazônia Participações Ltda., referentes à participação societária de 13,52%, pelo montante de R\$ 14.000, pago com uma parcela de R\$ 10.500 em janeiro de 2013 e R\$ 3.500 como "escrow account" ou conta garantida, a qual será paga ou compensada em até 5 anos. Até 31 de dezembro de 2016, e 2015 foi compensado o montante de R\$ 1.173 por indenização de processos trabalhistas e reposição de máquinas e equipamentos que não constavam no imobilizado, considerando atualizações pelo CDI, restando um saldo de R\$ 2.640 (R\$ 2.416 em 2015).

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	Quantidade de ações - milhares	Capital social
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.	20.287.258	89.026

A Companhia possui 10.004 em ações em tesousaria e um custo de emissão de ações retificador da conta de capital social no valor de R\$ 107.

A Companhia tem somente uma classe de ações de ações ordinárias que estão divididas da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2016 e 2015	
	Quantidade de ações - milhares	R\$
Basel Participações S.A	16.264.905	71.375
Amazonia Participações Ltda.	2.084.381	9.147
Fundo de Investimento em Participações VP	1.884.999	8.272
Outros acionistas	52.973	232
	20.287.258	89.026

(b) Reservas de capital

A reserva legal foi constituída através de montantes aportados e aprovados em Ata de Assembléia Geral da Companhia.

(c) Transações com acionistas não controladores

A Companhia possui nesta rubrica os saldos relativos a variação de investimentos reconhecidos anteriormente na controladora Sorocaba em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio atribuído aos acionistas controladores, sendo o efeito reconhecido em contrapartida a participação de acionistas não controladores.

Ainda nesta rubrica estão representados os saldos de participação de acionistas não controladores em aquisição de combinação de negócios.

(a) *Aquisição de participação adicional na controlada Mineração RS*

Em 26 de janeiro de 2015 a Companhia através da controlada indireta MNP, adquiriu participação adicional de 20% da Mineração RS pela contraprestação de R\$ 500. O valor contábil da participação não controladora na data de aquisição era de R\$701.

A Companhia baixou a participação não controladora e registrou uma redução no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora. Os efeitos da mudança de participação na MRS no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício estão resumidos a seguir:

	2015
Valor contábil da participação não controladora adquirida	(701)
Contraprestação pela participação não controladora (pagamento)	500
Ágio na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	1.201

(b) Aquisição de participação adicional na controlada Quartziti

Em 31 de julho de 2015 a Companhia através da controlada indireta Quartzito, adquiriu 20% adicional de participação da Quartziti pela contraprestação e R\$ 10 e tendo recebido liquidação e dívidas de R\$ 410. O valor contábil da participação não controladora na data de aquisição era de R\$ 1.228.

A Companhia baixou a participação não controladora e registrou uma redução no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora. Os efeitos da mudança de participação na Quartziti no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício estão resumidos a seguir:

	2015
Valor contábil da participação não controladora adquirida	1.228
Contraprestação pela participação não controladora (pagamento)	400
Deságio na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	1.628

27 Prejuízo por ação

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por ação:

	Consolidado	
	2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(16.223)	(23.187)
Total do número do capital social (milhares)	20.287.258	20.287.258
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,000799)	(0,001142)

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pel total do número de ações do capital socialdo exercício. Não existem instrumentos patrimoniais não emitidos que impactem o cálculo do resultado por ação diluído.

28 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Venda de produtos e serviços	95.901	79.696
(-) Impostos sobre vendas	(11.184)	(7.810)
(-) Devolução e abatimentos	(879)	(474)
	83.838	71.412

29 Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	2016	2015
Custo das vendas	(60.761)	(56.550)
Despesas gerais e administrativas	(19.971)	(23.552)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.053)	(4.579)
	(81.785)	(84.681)

	2016	2015
Gastos com pessoal	(39.872)	(31.435)
Depreciação e amortização	(9.290)	(9.180)
Despesas de transporte e comissões	(1.058)	(5.096)
Manutenção e conservação	(6.853)	(7.283)
Serviços prestados por terceiros	(3.429)	(3.174)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos	(657)	(1.103)
Gastos gerais administrativos	(5.293)	(667)
Despesas comerciais	(2.554)	(6.490)
Gastos com frete	(11.501)	(12.259)
Perda com valorização de investimento a valor justo (i)	-	(4.620)
Ganho com compra vantajosa (i)	-	5.086
Redução ao valor recuperável de ativos	-	(2.300)
Outras despesas gerais e administrativas	(225)	(32)
Outras receitas (despesas)	(1.053)	(6.128)
	(81.785)	(84.681)

(i) Veja Nota Explicativa nº 10.

	Controladora	
	2016	2015
Custo das vendas	-	-
Despesas gerais e administrativas	(7.706)	(11.695)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	58	(333)
	(7.648)	(12.028)

	2016	2015
Gastos com pessoal	(4.908)	(5.944)
Depreciação e amortização	(1.593)	(4.188)
Despesas de transporte e comissões	(90)	(322)
Manutenção e conservação	(428)	(400)
Serviços prestados por terceiros	(222)	(449)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos	(47)	(47)
Gastos gerais administrativos	(419)	(811)
Perda com valorização de investimento a valor justo (i)	-	(4.620)
Ganho com compra vantajosa (i)	-	5.086
Despesas comerciais	(128)	(350)
Outras receitas (despesas)	187	17
	(7.648)	(12.028)

(i) Veja Nota Explicativa nº 10.

30 Receitas e despesas financeiras

	Controladora	
	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	111	1.080
Juros recebidos	131	119
Descontos obtidos	4	215
Outras Receitas financeiras	6	47
	252	1.461
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores	(386)	(9)
Juros sobre debêntures	(5.500)	(3.646)
Outras despesas financeiras	(144)	(467)
	(6.030)	(4.122)
	(5.778)	(2.661)
	Consolidado	
	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	372	1.430
Juros recebidos	652	522
Descontos obtidos	27	243
Outras receitas financeiras	20	52
	1.071	2.247
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.769)	(4.575)
Juros sobre debêntures	(5.500)	(3.646)
Juros sobre fornecedores	(2.540)	(1.200)
Descontos concedidos	(8)	(273)
IOF	(317)	(368)

	Consolidado	
	2016	2015
Outras despesas financeiras	(785)	(753)
	(15.919)	(10.815)
	(14.848)	(8.568)

31 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Risco coberto	Importância segurada
Responsabilidade Civil	20.000

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas destas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo.

32 Eventos subsequentes

Obtenção de linhas de crédito

Em 24 de janeiro de 2017 a Companhia obteve aprovação de uma nova linha de crédito no valor de R\$3,5 milhões através da Caixa Econômica federal, pela Unidade Serobrita.

Em 31 de março de 2017, a Companhia obteve aprovação de nova linha de crédito para contratação de capital de giro no valor de R\$38 milhões. A contratação desta linha de crédito foi aprovada através do Banco Modal com carência total de 6 meses, mais 6 meses de carência de principal, sendo o saldo em 48 parcelas mensais de principal mais juros. O montante captado será utilizado para liquidação de dívida de debêntures e notas promissórias, extinguindo-se todos os covenants e exigibilidades detidos através destas dívidas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia renegotiou junto ao Banco Bannrisul linhas de crédito no valor de R\$800 mil a serem pagos em 36 parcelas.

* * *

Conselho de Administração

Rubens M. M. de Freitas
Danilo Gamboa
Thiago Emanuel Rodrigues

Diretoria

Ivo Correia Pereira
Diretor

Rosilene Silva Cardoso Marques
Contador
CRC – 080830/O-4